

SEMINA – REVISTA DOS PÓS-GRADUANDOS EM HISTÓRIA DA UPF

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS DA EDIÇÃO

DOSSIÊ:

80 anos do fim da Ditadura do Estado Novo: História, Memória e (novas) abordagens

V. 24, N. 2, JULHO - DEZEMBRO, 2025

Organizadores:

MAYCON DOUGLLAS VIEIRA DOS SANTOS¹  

JÉSSICA THAÍS DE OLIVEIRA BASSOLI²  

JAQUELINE UZAI TAVARES³  

Estamos diante de mais uma edição da **Semina – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, reafirmando seu compromisso com a difusão do conhecimento histórico produzido no âmbito da pós-graduação. Este Dossiê reúne um conjunto expressivo de **doze** artigos científicos, uma resenha crítica e uma entrevista, oriundos de pesquisas que dialogam com a temática do Dossiê, ou seja, *as novas abordagens, a história e a memória da ditadura do Estado Novo*. As contribuições presentes nesta edição não apenas exploram temas relevantes e atuais, mas também buscam tencionar narrativas consolidadas, lançar novos olhares sobre

¹ Doutorando em História na Universidade de São Paulo (USP). Mestre (2023) em História Social pela mesma instituição. Licenciado (2019) em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Membro do grupo de pesquisa Dimensões do Governo Vargas e seus desdobramentos (UERJ/CNPq). Bolsista FAPESP.

² Mestre (2023) em História Social pela Universidade de São Paulo. Graduada (2015) em História pela Universidade Júlio de Mesquita Filho.

³ Mestranda em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Bacharel e Licenciada (2022) em História pela mesma instituição.

objetos já conhecidos e propor caminhos interpretativos inovadores. Além disso, outros dez artigos de diversas temáticas trazem contribuições à historiografia na seção de artigos livres.

O dossiê temático se inicia com reflexões voltadas aos fundamentos políticos, discursivos e culturais do Estado Novo, evidenciando que a consolidação do regime foi precedida por processos de radicalização e disputa anteriores a 1937. Seguindo uma cronologia, iniciamos com o primeiro artigo **Medo, comunismo e repressão política em direção ao Estado Novo: o discurso parlamentar dos aliados de Getúlio Vargas na gênese da Lei de Segurança Nacional de 1935**, de Ricardo Moraes Westin Pimenta, Utilizando-se de edições do Diário do Poder Legislativo de 1935, o artigo traz à tona a discussão sobre a origem da Lei de Segurança Nacional de 1935, analisando a atuação de deputados governistas na aprovação da Lei de Segurança Nacional, demonstrando como o anticomunismo e o discurso do medo foram mobilizados para justificar o fortalecimento do aparato repressivo e a ampliação dos poderes do Executivo. Através disso, o artigo aponta que a lei pode ser vista como um indicativo de fortalecimento da política varguista.

Em diálogo crítico com leituras que enfatizam a ideia de consenso, o artigo, **Revisitando o “Estado Novo”: samba, trabalho e vozes dissonantes** de Adalberto de Paula Paranhos, nos entrega a importância de analisar o Estado Novo sob outras perspectivas, com ênfase do trabalho na área da música popular, especialmente do samba como espaços de expressão de conflitos, negociações e dissensos sob a ditadura varguista.

Na sequência, o dossiê aprofunda a análise das relações entre Estado, economia e poder, destacando conflitos estruturais e rearranjos políticos internos ao regime. No artigo **A Companhia Matte Larangeira nas origens da ascensão e da queda do Estado Novo**, de Marcelo Pereira da Silva Bermann, é analisada a trajetória dessa empresa ervateira e suas relações ambíguas com o governo Vargas, evidenciando como fatores geopolíticos, econômicos e militares contribuíram para sua ascensão e posterior ruptura com o regime. O artigo **A formação da memória nacional e as políticas patrimoniais no Estado Novo: a fase heroica do IPHAN**, de Wanessa Pires Lott, analisa a consolidação das políticas de patrimônio como instrumento do projeto nacionalista varguista, ressaltando o caráter seletivo, centralizador e elitista da construção da memória nacional promovida pelo Estado, atestando aquilo que manteve a longevidade do IPHAN.

As dimensões culturais, patrimoniais e identitárias do Estado Novo ganham novos contornos em artigos que evidenciam tanto seus mecanismos de legitimação simbólica quanto

seus efeitos excludentes. O artigo **Entre a nacionalidade e a expulsão: o SPI, violência estatal e expropriação territorial dos Pataxó no Estado Novo (1937-1945)**, de Camila Margon Massi, analisa a violência histórica e a expropriação territorial sofridas pelos Pataxó no sul da Bahia e na criação do Parque Nacional Monte Pascoal (PNMP), dando ênfase na construção de uma nacionalidade praticada por Vargas durante o Estado Novo. De modo complementar o artigo, **As exposições do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) no quadro das políticas educacionais do Estado Novo varguista (1937-1945)** de Natasha Viana Mosley, é analisada a tentativa de preencher a lacuna de estudos sobre o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), elegendo-o como um caráter pedagógico no processo de construção do nacionalismo durante o Estado Novo.

O dossiê também evidencia o papel central da propaganda e das representações da nação durante o Estado Novo. O artigo **A construção do Brasil Turístico: a propaganda do DIP e a imagem nacional no Estado Novo (1937-1945)**, de Paula Beraldo Ferreira Lopes e Lindeberg Cavalcante Trigueiro, visa compreender como o Departamento de Imprensa e Propaganda articulou turismo, cultura e diplomacia para construir uma imagem idealizada do Brasil, voltada tanto ao público interno quanto ao externo. Em perspectiva transnacional o artigo, **Os “semitas” de Xangai: análise dos pedidos de visto e o uso do “Direito da Extraterritorialidade” na China por refugiados judeus durante o Estado Novo (1937-1945)**, de Anna Maria Litwak Neves, se propõe analisar os pedidos de visto e passaporte realizados por um grupo particular de judeus, levando-se em consideração o impacto das medidas restritivas do Estado Novo no processamento dessas solicitações, evidenciando os limites do nacionalismo varguista diante das dinâmicas globais da perseguição e da migração forçada.

Já o artigo, **Um cotidiano polarizado: atitudes sociais em Santa Catarina face ao envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial**, de Wesley dos Santos Grapper, examina a situação de Santa Catarina após o rompimento do Brasil com o Eixo, em 1942, investigando as reações sociais à entrada do Brasil no conflito, destacando a polarização política, a persistência de simpatias ao nazifascismo e o papel das emoções na ação política cotidiana. A crise do regime e a transição para a democracia ocupam lugar central em artigos que propõem releituras críticas de 1945. O artigo, **Um golpe militar nos estertores do Estado Novo: ensaio de crítica historiográfica**, de Bernardo Rocha Carvalho e Francisco Quartim de Moraes analisa de forma crítica as interpretações acerca do golpe militar de 1942, que depôs Vargas. Por fim, o dossiê

se volta aos legados e usos políticos do Estado Novo no pós-1945, evidenciando continuidades, disputas e reelaborações do passado autoritário. O artigo **Disputas de poder político-partidário no Rio Grande do Sul pós-Estado Novo: o Diretório Leopoldense do PSD como estudo de caso (1945-1952)**, de Rodrigo Luis dos Santos, analisa articulações no processo de reestruturação do Partido Social Democrático (PSD), utilizando-se de fontes inéditas do acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, uma das lideranças do partido na época.

Encerrando, o artigo **“Sem Getúlio Vargas não haveria ...”: memória de Vargas e usos políticos do Estado Novo entre os trabalhistas fluminenses no período democrático**, de Felipe da Silva Barbosa, analisa as formas pelas quais deputados trabalhistas do estado do Rio de Janeiro formularam interpretações sobre o período autoritário, produzindo interpretações específicas sobre democracia, direitos sociais e participação popular no Brasil republicano.

A seção se completa com uma reflexão historiográfica e teórica que aprofunda os debates sobre o Estado Novo e seus antecedentes. Em **Trabalhismo, Populismo e a ditadura do Estado Novo: uma conversa com o historiador Jorge Luiz Ferreira**, de Maycon Douglas Vieira dos Santos e Jéssica Thaís de Oliveira Bassoli, apresentam uma entrevista exclusiva com Jorge Ferreira, referência central nos estudos sobre Getúlio Vargas, trabalhismo e populismo. Ao longo da conversa, o historiador discute a construção e os usos desses conceitos na historiografia brasileira, problematizando suas potencialidades analíticas e seus limites interpretativos. A entrevista aborda ainda a formação simbólica da imagem de Vargas, o papel das leis trabalhistas na memória social e as disputas em torno da interpretação do regime estadonovista, estabelecendo conexões entre o Plano Cohen e práticas contemporâneas de desinformação.

Em diálogo crítico com esse campo de debates, **“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem”: os equívocos de A revolução de 1930 sob uma perspectiva marxista de revolução**, de Jaqueline Uzai Tavares, revisita as interpretações clássicas da Revolução de 1930, questionando as leituras inspiradas no dualismo das sociedades dependentes e problematizando a crítica formulada por Bóris Fausto às análises marxistas. O artigo evidencia os limites de uma concepção intencionalista e antidialética de revolução burguesa, recolocando a dinâmica das lutas de classe e do capitalismo em escala local e global no centro da análise histórica.

A seção de artigos livres tem início com trabalhos que dialogam diretamente com o período varguista, explorando suas dimensões simbólicas e socioeconômicas. Em **O governo**

de Getúlio Vargas (1930-1945) e os recursos propagandistas voltados para a infância e a juventude, Júlia Rafaela da Silva Pinheiro e Alessandra David Moreira da Costa analisam cartilhas oficiais destinadas ao público infantojuvenil, evidenciando como a propaganda estadonovista construiu a imagem de Vargas como líder carismático e protetor da infância, em diálogo com experiências totalitárias europeias e atravessada por ideais eugênicos. Já em **Para além da exclusão rural: a historiografia contemporânea sobre as políticas varguistas para o campo brasileiro (1932-1937)**, Erik Chiconelli Gomes realiza uma revisão historiográfica crítica que questiona a tese da exclusão do trabalhador rural durante o primeiro governo Vargas, destacando políticas estatais voltadas ao campo, formas de resistência e lacunas ainda existentes na produção acadêmica.

Os impactos do pós-Segunda Guerra Mundial e as disputas por memória e consciência histórica são abordados em artigos que ampliam o recorte temporal e temático da seção. Em **Começa uma “nova era”: o início da Guerra Fria visto pela grande imprensa brasileira**, de Charles Sidarta Machado Domingos, analisa como jornais de grande circulação no Rio de Janeiro noticiaram eventos-chave da emergência da Guerra Fria, revelando percepções, expectativas e enquadramentos políticos presentes na sociedade brasileira do imediato pós-guerra. Em diálogo com a temática da memória e da resistência, **Rio Grande e o movimento negro educador: uma tentativa historiográfica**, de Mariluce Novais Sotero, propõe uma reflexão sobre os movimentos negros como agentes educativos e produtores de consciência histórica, focalizando a cidade de Rio Grande (RS) e problematizando o apagamento do protagonismo negro na historiografia e no ensino.

A relação entre cultura, política e identidade nacional aparece de forma contundente em artigos que exploram produções artísticas e interpretações teóricas do Brasil contemporâneo. Em **Toda nudez será castigada e o ódio ao outro: a sociedade brasileira no divã de Arnaldo Jabor**, Guilherme Colombara Rossatto analisa a adaptação cinematográfica da obra de Nelson Rodrigues, destacando como o filme expressa, por meio de uma leitura psicológica, as contradições e conflitos identitários da sociedade brasileira sob a ditadura militar. Já em **Interpretando o populismo brasileiro via Louis Althusser e Slavoj Žižek (1946–1964)**, Caroline Adam mobiliza aportes teóricos da filosofia política para analisar os mecanismos ideológicos que sustentaram os governos populistas no Brasil, enfatizando o papel da propaganda, das instituições e da interpelação dos sujeitos pelo Estado.

As disputas em torno do território, da política e da construção de imagens públicas são abordadas em artigos que privilegiam escalas locais e trajetórias individuais. Em **Entre o mapa e o vivido: a disputa territorial de São Lourenço entre Ilópolis e Arvorezinha**, de Isadora Canello, analisa um conflito fronteiriço municipal no Rio Grande do Sul, evidenciando as tensões entre delimitações legais e o território vivido, bem como as formas de mobilização local, pertencimento e cidadania ativa. Em **Narrativas da renúncia: biografia e construções políticas da imagem de Jânio Quadros**, de Luis Eduardo Bove de Azevedo, investiga as diferentes interpretações sobre a renúncia presidencial de 1961, articulando biografia, estratégia política e construção da imagem pública de Jânio Quadros.

A seção se encerra com artigos que dialogam com a História Oral, a memória e a história das ciências, ampliando os horizontes metodológicos e temáticos da revista. Em **História Oral: memória de imigrantes sírios e libaneses em Passo Fundo**, Matheus Pedra Seady discute os fundamentos teóricos e metodológicos da História Oral, analisando relatos de descendentes de imigrantes sírios e libaneses e evidenciando a construção de memórias coletivas e processos de inserção social. Por fim, em **Entre a eugenia e o higienismo: a psiquiatria no Brasil na primeira metade do século XX**, de Ronivaldo de Oliveira Rego Santos, examina as relações entre eugenia, higienismo e psiquiatria, demonstrando como a noção de higiene mental foi central para a institucionalização da psiquiatria como saber médico no Brasil, mesmo diante de flexibilizações conceituais ao longo do período.

Encerrando a seção, a revista apresenta a resenha **Da falsidade à idolatria, passando pela desinformação desenfreada: resenhando um dos livros de Jean Wyllys**, de Pablo de Oliveira Lopes. O texto analisa a obra *Falsolatria*, na qual Jean Wyllys discute o fenômeno da desinformação nas redes sociais e nas plataformas digitais, propondo um conceito que articula mentira, idolatria e circulação massiva de conteúdos fraudulentos. A resenha descreve e avalia criticamente os principais argumentos do livro, destacando sua atualidade e relevância para a compreensão dos impactos éticos, políticos e sociais da desinformação no mundo contemporâneo.

Diante dessas contribuições à historiografia e debate acadêmico que os textos promovem, desejamos aos leitores e leitoras: uma ótima leitura!

Os organizadores do Dossiê.